

# Hospitais públicos vão receber mais dinheiro

TONINHO TAVARES

## REAJUSTE DO PREÇO DA CONSULTA MÉDICA, PAGA PELO SUS, DEVERÁ MELHORAR O ATENDIMENTO

Aline Fonseca

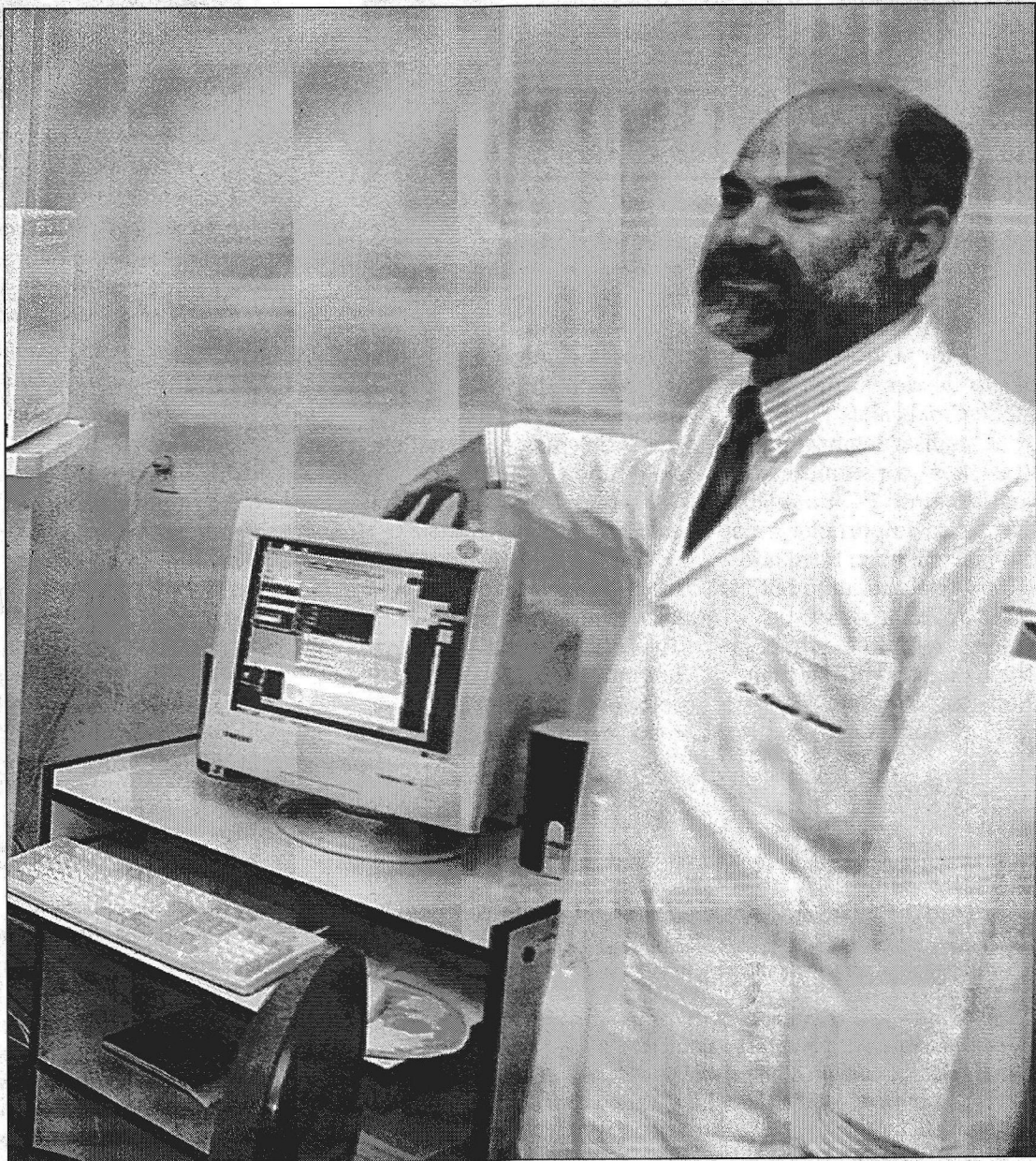
Foi dado o primeiro passo para a melhoria do atendimento à população nos hospitais públicos do País. Desde segunda-feira, vigora portaria assinada pelo ministro da Saúde, Barjas Negri, que reajusta em 196% o valor das consultas com médicos especialistas e cria o Piso para Consultas Especializadas (PCE).

A consulta realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com médicos especializados passa de R\$ 2,55 para R\$ 7,55. Com o reajuste, o Ministério de Saúde repassará para estados e municípios R\$ 163 milhões anuais de recursos adicionais.

A principal beneficiada será a população. O objetivo da medida é atenuar o círculo de insatisfação nos atendimentos em hospitais públicos, com médicos insatisfeitos pelo que recebem. O valor pago anteriormente pelas consultas especializadas (R\$ 2,55) era irrisório e muitas vezes complementado por recursos do próprio hospital, o que fazia diferença no orçamento.

O reajuste pode mudar esse círculo, já que os hospitais terão uma folga com os recursos adicionais para investir na melhoria dos ambulatórios e do atendimento. "A qualidade do trabalho prestado na área de especialização de consultas médicas no SUS vai melhorar consideravelmente. O reajuste dará ao médico mais confiança e tranquilidade para trabalhar", declarou o ministro, durante a assinatura da portaria.

Com a medida, o teto financeiro dos estados e mu-



FREITAS: "A consulta era um prejuízo e acabávamos complementando com dinheiro do HUB"

### Os preços

| Consultas                               | Valor anterior | Valor reajustado | Reajuste em % |
|-----------------------------------------|----------------|------------------|---------------|
| Com médico especialista                 | R\$ 2,55       | R\$ 7,55         | 196%          |
| Urgência e emergência                   | R\$ 3,16       | R\$ 8,16         | 158%          |
| Observação do paciente                  | R\$ 7,47       | R\$ 12,47        | 40%           |
| Ortopédicas com imobilização provisória | R\$ 6,91       | R\$ 10           | 44,7%         |

nicipios – valor pago mensalmente pelo Sistema Único de Saúde – também cresce substancialmente. Por isso, a notícia também é boa para o Distrito Federal.

Mensalmente, o DF recebe teto de R\$ 11,2 milhões para procedimentos realizados em hospitais públicos, o que inclui não só consultas como exames e anestésias.

No ano passado, foram realizadas 5,392 milhões de consultas em hospitais e postos de saúde do DF.

A portaria também cria o Piso para Consultas Especializadas (PCE), que terá valor de R\$ 3,39, pago pelo governo por habitante a ser atendido. Os estados que não pagam esse valor mínimo com assistência ambulatorial po-

derão receber recursos adicionais – R\$ 85,4 milhões anuais serão destinados – se tiverem autonomia para gerir a verba federal.

No caso do DF, já em gestão plena (autonomia), e com piso de R\$ 3,99, não haverá dinheiro adicional. Os estados que gastam valor superior ao piso não poderão receber os recursos.

## Prontuário saía mais caro que consulta

Dos R\$ 11,2 milhões de teto do DF, R\$ 1,3 milhão é destinado ao Hospital Universitário de Brasília (HUB), que também será beneficiado com a medida. O diretor do HUB, Cláudio Freitas, comemora a portaria. "Para nós será muito importante, porque torna a consulta viável para o hospital", afirmou, ao saber da notícia.

Segundo estudo de custos

feito pela Universidade de Brasília, uma abertura de prontuário de um paciente no hospital custa mais do que a consulta paga pelo SUS, de R\$ 2,55. "Ou seja, a consulta era um prejuízo e acabávamos complementando com dinheiro do hospital, o que provocava déficit", explicou o diretor.

O HUB realiza, em média, 13 mil consultas por mês. "Estou na expectativa de re-

ceber o novo valor definido pela portaria", disse Cláudio. "Será significativo, porque se a consulta ficar econômica, posso melhorar o atendimento ambulatorial, aprimorar esse atendimento", afirmou.

Para as entidades médicas, a notícia foi apenas o primeiro passo para a melhora. De acordo com o presidente regional da Sociedade Brasileira de Ortopedia e

Traumatologia (SBOT-DF), Sydney Haje, a portaria é apenas paliativa. "Não resolve todo o caso, mas é sinal de que estão tentando melhorar", disse.

Para os médicos que quiserem realizar procedimentos pelo SUS em seus próprios consultórios não há vantagens. O preço por uma consulta em consultório particular é bem maior do que os R\$ 7,55 definidos.